



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

LEONEL VICENTE MENDES

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA NO
MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO CONDE – BA 2010-2018**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2018

LEONEL VICENTE MENDES

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA NO
MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO CONDE – BA 2010-2018**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública Municipal da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Me. Paulo Henrique Nobre Parente.

Co-orientadora: Prof.^a Me.^a Jaciara Santana.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2018

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

M491p

Mendes, Leonel Vicente.

Políticas públicas para a geração de trabalho e renda no município de São Francisco do Conde - BA 2010-2018 / Leonel Vicente Mendes. - 2018.

32 f. : il. color.

Monografia (especialização) - Instituto de Educação a Distância, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2018.

Orientador: Prof. Me. Paulo Henrique Nobre Parente.

Co-orientadora: Prof.^a Me.^a Jaciara Santana.

1. Política pública. 2. Mercado de trabalho - São Francisco do Conde (BA). 3. Renda - Distribuição - São Francisco do Conde (BA). I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 331.1208142

LEONEL VICENTE MENDES

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA NO
MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO CONDE – BA 2010-2018**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública Municipal da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Pública Municipal.

Aprovado em: 28/07/2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Paulo Henrique Nobre Parente

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)

Prof.^a Dr.^a Sandra Maria Guimarães Callado

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Dr. Eduardo Soares Parente

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

A Deus.

Aos meus pais, Vicente Mendes e Arrete
Mendes.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus nosso senhor por ter me possibilitando as condições para que eu pudesse chegar ao final dessa jornada e conseguir bons resultados.

Meus agradecimentos ao meu orientador Professor Me. Paulo Henrique Nobre, pela dedicação e paciência nas orientações.

Meus especiais agradecimentos às minhas entrevistadas Inglis Negreiro da Silva, assistente social de PAS- Programa de Acolhimento Social, e Ana Cristina de Oliveira, Secretaria de Desenvolvimento Econômico de município de São Francisco do Conde.

Às minhas colaboradoras da pesquisa Sheila Maria do Amaral Silva Assistente Social da Secretaria de Projeto Estratégico, Valneide Diogo Braga Coordenadora do Programa Social Bolsa Aluguel.

Agradeço também todos meus familiares pelo apoio que tem me dado ao longo deste trabalho Viezzar Vicente Mendes, Benvindo Vicente Mendes, Inês Mendes, Adama Mendes, Sumaila Sambú, Luciano Silva.

Minha especial gratidão aos amigos e amigas que contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho Nivaldo Casemiro Ié, Suleimane Alfa Bâ, Rudinei, Petimama Mendes, Samuel Adelino Ié, Natalia Ernesto Cá, Kattya Manuela, Noemia Armando Monteiro, Sandra Nancassa, Jaciara Santana. A minha interna gratidão.

RESUMO

O presente trabalho tem objetivo de analisar a efetividades das políticas públicas existentes para geração de emprego e renda no município de São Francisco do Conde-BA. O município está enfrentando problemas, o desemprego aumentou drasticamente agravando a desigualdade social. A gestão local vem criando algumas ações para contrapor a situação através da políticas públicas e programas sociais que possibilita a geração de emprego e renda. O trabalho foi realizado através da pesquisa do campo os dados foram coletados na Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SEDEC) e Casa de Programas Sociais ligado à Secretaria de Desenvolvimento Social e Esporte (SEDESE). A pesquisa aponta que as políticas públicas existentes no município algumas são destinadas a geração de renda e oferecem o emprego direto, e outros focalizam-se na formação e qualificação profissional de mão-de-obra local para melhor inserção no mercado do trabalho. Constata-se que existem algumas falhas pontuais na criação e implementação destas políticas públicas e programas sociais, algumas precisam de ser repensadas e reformuladas com a participação popular no momento de construção. As futuras pesquisas poderão trazer mais elementos para melhor aprofundamento de tema.

Palavras-chave: Mercado de trabalho - São Francisco do Conde (BA). Política pública. Renda - Distribuição - São Francisco do Conde (BA).

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze the effectiveness of existing policies for employment and income generation in São Francisco do Conde-BA. São Francisco is facing serious problems, unemployment has increased dramatically aggravating social inequality. Local management has been creating some actions to counteract the situation through public policies and social programs aimed at generating employment and income. This work has been done through the field research data was collected at the Department of Economic Development (SEDEC) and home of social programs linked to the Secretariat of Social Development and Sport (SEDESE). The research indicates that the existing public policies are aimed at generating income and offer direct employment, and others focus on the training and professional qualification of local labor for better insertion in the labor market. It is observing that there are some specific failures in the creation and implementation of these public policies and social programs, some need to be rethought and reformulated with popular participation at the time of construction. Future research may bring more elements for a better understanding of this topic.

Keywords: Income - Distribution - São Francisco do Conde (BA). Labor market - São Francisco do Conde (BA). Public policy.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Programas sociais desenvolvidos no município	23
Quadro 2	Valores mensais de programas sociais	24

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE	Instituto de Brasileira de Geografia e Estatística
PAINVEST	Programa de Investimento
SEDEC	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
SEDESE	Secretaria de Desenvolvimento Social e Esporte
SFC	São Francisco do Conde
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	REVISÃO DE LITERATURA	13
2.1	POLÍTICAS PÚBLICAS	14
2.2	ETAPAS DE FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	15
2.3	POLÍTICAS PÚBLICAS DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	17
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	19
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS	20
4.1	RESULTADO DA ENTREVISTA COM SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	20
4.2	RESULTADO DA ENTREVISTA COM ASSISTENTE SOCIAL DA CASA DO PROGRAMA SOCIAL	22
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
	REFERÊNCIAS	27
	APÊNDICE	28
	ANEXO	31

1 INTRODUÇÃO

São Francisco do Conde é um município geograficamente localizado no recôncavo baiano e faz parte da região metropolitana de Salvador. A economia principal e fonte de renda do município é da extração do petróleo na refinaria Landulpho Alves, conferindo, assim, ao município maior PIB per capita. De acordo com dados de último censo realizado, em 2010, pelo Instituto brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), São Francisco do Conde tem 33.183 habitantes e muito deles são representados como pobres por necessidade de falta de emprego, e baixa escolaridade.

Segundo Silva (2014, p. 22), o bairro de São Bento das Lages detém um grande número de pessoas em situação de pobreza devido à falta de profissionalização e ausência de trabalho na região, além de baixa formação educacional de seus moradores. Desta forma, sua maioria beira ao estado de vulnerabilidade. Portanto, as populações apresentam condições sociais muito sérias com problemas ligados aos serviços básicos saúde, educação, moradia e saneamento básico. Com esses problemas mencionados, um dos desafios da prefeitura municipal de São Francisco do Conde consiste em criar mecanismos que oportunize o emprego e a geração de renda para população local. A implementação de políticas públicas seria uma das soluções mais viável neste momento para dinamizar o problema.

Como afirma Teixeira (2002, p. 21), políticas públicas são ações do poder público voltadas para o bem comum ou interesse público. Trata-se, em outras palavras, de medidas e intervenção sociais impulsionadas pelo estado visando melhorar a qualidade de vida da população e garantir e ampliar direitos. A finalidade deste trabalho é de analisar a efetividades das políticas existentes para geração de emprego e renda no município de SFC. De uma forma mais específica, tem-se os seguintes objetivos: (i) Compreender a eficiência das políticas públicas existentes no município; (ii) Listar as modalidades de políticas públicas existentes voltada para geração de renda e emprego no município; (iii) Situar problemas e obstáculos que influenciam na implementação de políticas públicas.

Para chegar aos objetivos propostos, traçam-se os seguintes procedimentos: (i) Primeiro, consultamos fontes primárias no qual recolhemos literaturas sobre o tema em particular trabalhos, livros, artigos científicos e relatórios que trata o tema estudado a fim de servir como o embasamento teórico para sustentar a nossa discussão; e (ii) Em seguida, fizemos um estudo de campo, obtivemos as informações através de entrevista qualitativa, questionários e observação direta, essa técnica nos facilita construir a quarta e última fase constituída pela análise da discussão de dados.

Estamos vivenciando um problema sério de crise global de toda ordem, os níveis de investimentos estão diminuindo gerando graves impactos para economia a nível nacional agravando assim o quadro social da população. O desemprego aumentou drasticamente, agravando o nível de desigualdade social, olhando especificamente o caso de município de São Francisco do Conde, nota-se que muitas famílias estão vivendo em vulnerabilidade criando outras estratégias para a sobrevivência.

Entretanto, este trabalho procura trazer algumas reflexões sobre o papel da gestão municipal na resolução dos problemas sociais referidos acima e como este tema tem grande importância, procuramos, tanto quanto possível, contribuir para o atual debate acadêmico sobre políticas públicas a nível municipal e seu papel primordial para geração de trabalho e renda para os munícipes.

A escolha deste tema tem a ver com nosso interesse pessoal, pois moramos aqui na cidade de SFC já há quatro anos e percebemos tanto a dinâmica dos moradores, quanto suas lutas diárias para a sobrevivência. Visto que a cidade oferece poucas opções do emprego, tomamos a iniciativa de fazer um estudo sobre as principais ações que foram e estão sendo realizadas pela gestão local para minimizar o sofrimento da população local. Desta forma, essa pesquisa poderá contribuir para melhorar possíveis falhas nas políticas públicas implementadas no município que está sendo estudado.

O trabalho está dividido em cinco eixos mais considerações finais. No primeiro eixo, introdução, tecemos uma contextualização geral sobre o tema estudado, o objetivo de trabalho e a sua importância. O segundo eixo de fundamentação teórica, dialogamos com autores que problematizam o tema investigado, servindo como base teórica da nossa pesquisa. O terceiro ponto, procedimentos metodológicos, explicamos como a pesquisa foi realizada, percorremos vários caminhos iniciando com pesquisa bibliográfica que ajudou construir três primeiros eixos, em seguida utilizamos pesquisa do campo com entrevista qualitativa e aplicação dos questionários resultados obtidos. Esta fase nos possibilitou construir esse trabalho. Finalizamos com uma consideração final do trabalho com os resultados da nossa investigação.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Neste capítulo, aborda-se o conceito de políticas públicas, suas etapas de formulações e, por último, fez uma abordagem das políticas públicas para geração de renda e trabalho dialogando com autores que estudam o assunto.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

A discussão sobre papel das políticas públicas e sua importância para desenvolvimento local vem ganhando o espaço, cada vez mais, na literatura, tendo em conta as grandes transformações no ambiente econômico, político e social, proporcionando, nos últimos anos para o Brasil, impactos nas esferas estaduais e municipais. Deste modo, a alternativa é aumentar as políticas públicas para ações do desenvolvimento local, priorizando algumas áreas sociais tais como educação, saúde, assistência social, dentre outros.

Teixeira, (2002, p. 2) define “políticas públicas” como diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público, regras de procedimento para as relações entre o poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. Nesta definição, percebe-se que autor quer chamar atenção que as políticas públicas depois de serem elaboradas e sistematizadas, há regras específicas que elas devem cumprir durante a sua execução, uma vez que envolve o dinheiro público. Tais regras são estabelecidas nos documentos oficiais através das leis que os norteiam.

Para Saravia, (2006, p. 28), políticas públicas tratam de um fluxo de decisão pública, orientado a manter o equilíbrio social ou introduzir desequilíbrio destinados a modificar essa realidade. Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, ideias e visões dos que adotam ou influem na decisão. Evidenciando a contrariedade em relação à primeira definição da política pública feita pelo Teixeira. Na visão de Saravia, a política pública é modificadora da realidade social, na medida que ela é implementada para atender as demandas de uma determinada classe social. Podemos citar o Brasil como exemplo, sabemos que, historicamente, a população negra afro-brasileira e indígena foram excluídas socialmente, se tornando alvo de discriminações e preconceitos que acabam por comprometer e negar seus direitos de ter uma vida digna e uma oportunidade e qualidade de vida.

A única maneira de reparar este dano causado pelo processo de escravidão é criar políticas públicas inclusivas, para que estas populações possam ser incluídas na sociedade, respeitando seus direitos. Com isso, concordamos com Saravia quando afirma que a finalidade última de políticas públicas é consolidação da democracia, justiça social, manutenção de poder e felicidade das pessoas. Esta modificação só pode acontecer quando essa política pública que está sendo aplicada foi bem elaborada com recursos suficientes, além disso, é interessante que estratégias sejam feitas a fim de atingir tais objetivos predefinidos.

No entendimento de Demeter, (2002):

Políticas públicas podem ser entendidas também, como as ferramentas escolhidas pela sociedade para que o estado regule as relações entre os diferentes grupos de interesse. Nessa regulação, ou nesse processo de impor regras, estabelecer regulamentos, determinados interesses privados podem ser transformados em direitos, outros não. Algumas demandas ou reivindicação serão atendidas, outras não.

Nesta definição de políticas públicas, trazida por Demeter, nota-se que a iniciativa da elaboração das políticas públicas parte da sociedade civil que pressiona o governo para que os seus interesses sejam atendidos. Neste caso, a aplicabilidade de políticas públicas vai depender da cobrança e pressão feita pelos diferentes grupos que compõem a sociedade. Governos brasileiros, desde muito tempo, vindo sendo criticados sobre a exclusão social de uma parcela da sua população entre quais homens e mulheres negros, comunidade indígena, homossexuais etc., nos últimos anos, têm sido pressionadas nacionalmente pela sociedade civil e movimentos sociais para atender as demandas destas populações que historicamente sofrem e continuam sofrendo a discriminação racial, sendo assim, foram criados vários programas sociais ações afirmativas de iniciativas de governo federal, estaduais e municipais para minimizar o sofrimento desta camada da população.

Nesta ótica parece que todas as conquistas e direitos sociais que foram alcançados são fruto da luta de movimento negro brasileiro em colaboração com sociedade civil. Gomes (2017, p. 18) ressalta esta importância da luta de movimento negro brasileiro para a reivindicação de seus direitos sejam garantidas como obrigação de estado ao afirmar que foi o movimento negro que tornou principal protagonista para que ações afirmativas se transformassem em questão social, política, acadêmica e jurídica em sociedade brasileira compreendidas como políticas de correção de desigualdade raciais desenvolvida pelo estado brasileiro. Autora ainda afirma que a políticas públicas de promoção da igualdade racial não teria sido construído e implementado se não fosse a pressão e contrapressão de movimento negro brasileiro. Este fato, mostra bem claro que a iniciativa de criação e distribuição de políticas públicas em alguns casos a iniciativa não vem do governo, mas sim através de uma luta e cobrança feito pela população exigindo seus direitos acesso à educação, saúde de qualidade, habitação e transporte entendido como uma obrigação do estado.

2.2 ETAPAS DE FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A formulação e efetivação de políticas públicas é um processo muito longo e complexo no qual exige negociação, conflitos de interesses particulares como salienta Teixeira, (2002) a formulação de políticas públicas são processo dinâmico, com negociação, pressões

mobilizações, alianças ou coligações de interesse. Neste sentido, percebemos que por demais que a política pública seja desenhada e pensada nem sempre atende toda demanda dos beneficiários, os interesses particulares duma parcela da classe social podem de certa forma influenciar na sua implementação, para evitar este problema é preciso que a formulação de política pública passe por alguns estágios.

Os autores como Teixeira (2002), Amaral e Lopes, (2008) Saravia, (2006) apresentam diversos estágios, mas não há um consenso em termos de divisão e definição de cada ciclo ou estágio. Saravia (2006) aponta 7 estágios distinguindo-os:

O primeiro momento é o de agenda ou da inclusão de determinado pleito ou necessidade social na agenda, na lista de prioridades do poder público. O autor define a ‘inclusão na agenda’ de conjunto de processos que conduzem os fatos sociais a adquirir status de “problema público” transformando-os em objeto de debate e controvérsias política na mídia. Entretanto, esta definição traduzida por autor, entendemos que esta fase de formação de agenda é um período de longa duração onde acontece várias reuniões dos envolvidos no processo da construção da política pública no qual selecionam problemas micro e macro que serão incluídos de imediato na agenda.

O segundo momento é elaboração Saravia (2006) que consiste na identificação e delimitação de um problema atual onde a comunidade determina possíveis alternativas para suas soluções. No nosso entender, esta fase, é momento em que a comunidade define principal problema que lhe afeta, momento de tensões e discussões porque alguns grupos de certa forma são beneficiados enquanto que outros se acham que são prejudicados.

O terceiro momento na percepção de Saravia, (2006) é a formulação que inclui seleção e especificação de alternativas consideradas mais convenientes, seguida de declaração que explicita a decisão adotada, definindo seus objetivos macros jurídico, administrativo e financeiro. Na nossa percepção, é nesta etapa de formulação que são definidas linhas de ações a nível governamental para solucionar problemas previamente apresentadas considerando também questões econômicas. Amaral e Lopes, (2008) acrescentam que:

Os apoios dos grupos precisam ser analisados de maneira objetivas, considerando-se a viabilidade técnica, legal, financeira, política entre outros. Outro análise importante se refere aos riscos que cada alternativa traz, desenvolvendo uma forma de compará-la e de medir qual é mais eficaz e eficiente para atender o objetivo e aos interesses sociais.

O quarto momento trazido por Saravia, (2006) é a implementação constituída, pelo planejamento e organização do aparelho administrativo e dos recursos humanos, financeiros,

materiais e tecnológico necessário para executar uma política. Trata-se da preparação para pôr em prática a política pública, elaboração de todos os planos, programas e projetos que permitirão executá-la.

Nesta mesma linha, Amaral e Lopes (2008, p. 15) apresentam dois modelos de implementação de políticas públicas; o da cima para baixo definido por eles, como aplicação descendente seja de governo para população e o de baixo para cima que é aplicação ascendente ou da população para governo. Na nossa compreensão a implementação refere-se à execução da política colocando a teoria na prática, é nesta etapa que o papel de cada ator social é definido e suas responsabilidades. É bem provável que haja fatores internos que possam comprometer o desenvolvimento da política por exemplo, disputa pelo poder entre os beneficiários ou organizações incluídas da política.

O quinto elemento destacado por Saravia, (2006) é Execução definido por autor como conjunto de ações destinado a atingir os objetivos estabelecidos. Compreendemos que neste estágio que são realizados os estudos que provavelmente pode contribuir para fracasso da política, entretanto, são tomadas medidas preventivas para evitar certos transtornos que poderá contribuir para fracasso da política.

O sexto elemento apontado por Saravia, (2006) o acompanhamento sendo um processo de supervisão durante a execução da atividade com objetivo de fornecer e facultar as informações necessárias para fazer algumas correções das falhas que tem sido detectado no sentido assegurar os objetivos.

O último ponto que Saravia, (2006) trouxe para debate é avaliação é o elemento muito importantíssimo ela pode ser realizada em qualquer momento de ciclos de políticas permite o gestor fazer uma análise sobre ações resultados que foram alcançados e não alcançados. Também ajuda o gestor corrigir possíveis falhas e redefinir os próximos passos da política. A participação da população é fundamental em todos processo de construção da política pública, eles precisam participar nos debates visto que são principais beneficiários.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

A política pública para geração de emprego é aplicada a nível federal, estadual e municipal. Cada esfera tem a sua forma de intervenção considerando a geração de emprego, trabalho e qualificação profissional.

Muitos estudos têm sido realizados sobre políticas públicas de emprego, segundo Ramos (2003, p. 15) a política de emprego pode ser entendida como conjunto de medidas que atua

sobre oferta de trabalho, reduzindo-a ou alterando seu bem-estar, ou sobre nível de emprego de forma direta (criação de emprego público, por exemplo) ou indireto (formação profissional). Essa política tem atuado de forma diferente, mas tem objetivo em comum ofertar o trabalho para população a fim de melhorar sua condição de vida. As políticas, de emprego renda e trabalho são classificados em dois tipos.

De acordo com Ramos e Azevedo, (1995.p. 95) as políticas passivas são ações que tende de suportar financeiramente condição de trabalhador desempregado, exemplo seguro de desemprego, e/ indenização aos desligados e redução de jornada do trabalho. As políticas ativas são todas medidas que elevam a nível do emprego com impacto direto (a criação de emprego público, e indireto (a formação e reciclagem profissional) autores citaram estes exemplos como medidas que elevam elasticidade emprego-produto.

Cruz, (2011) fez um estudo descrevendo a política pública de trabalho e renda implementado pela SETER (Secretaria Municipal de Trabalho e Geração de Renda) no município de Vitória/ES, o autor aponta dois eixos fundamentais pautados na política pública do trabalho e renda em Vitória. O primeiro é a ênfase na relação entre elevação da escolaridade (educação) formação profissional, o segundo é a relação com outra secretaria a SEMAS (secretaria de municipal de ação social e SEME /Secretaria Municipal de Educação).

O estudo realizado por Cruz, (2011, p. 3) demonstra que a Vitória/ES tem apostado na formação e qualificação profissional desenvolvendo cursos de longa duração com objetivo de qualificar a população majoritariamente jovens e prepara-las para o mercado do trabalho. O autor destaca um dos programas prioritários do governo chamado “Inclusão Social pelo trabalho” que abriga o programa Vitória da Qualificação -PVQ através deste programa são desenvolvidas ações relacionadas a formação profissional do trabalhador de município de Vitória, atende jovens a partir de 16 anos que estão na situação de vulnerabilidade social. O programa vitória da Qualificação de 2005 a 2007 atendeu 7.535 alunos que concluíram cursos profissionais em diversas áreas.

Entretanto, podemos concluir que a política pública para geração de emprego e renda possui grande importância em todos os sentidos ajuda na redução da desigualdade social, combate à fome, pobreza e inclusão social, os governos estaduais e municipais devem continuar a aplicar estas políticas para bem-estar comum.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para chegar o objetivo geral, foram levantados estudos de cunho bibliográfico através de (trabalhos, artigos científicos, livros e teses), através de uma contextualização geral do tema, na mesma linha para construir o nosso argumento teórico dialogamos com autores como Teixeira (2002), Ramos (2003), Cruz (2011), Lopes (2008) a fim de sustentar a nossa discussão.

Para Gil, (2002) a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisa bibliográficas. A citação em cima nos chama atenção da importância de pesquisa bibliográfica que oferece o pesquisador um subsídio teórico sobre o tema da pesquisa que está sendo investigado a fim de facilitar a redação do corpo do trabalho.

Quanto a tipologia de pesquisa segundo Gil, (2002) a pesquisa classifica-se em pesquisa descritiva, exploratória e explicativa. A pesquisa descritiva na concepção de autor, é um tipo de pesquisa tem como objetivo primordial descrição das características de determinada ou fenômeno, então, estabelecimento de relações entre variáveis. Uma das suas peculiaridades está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados tais como o questionários e observação sistemática.

A pesquisa exploratória segundo Gil, (2002) proporciona maior familiaridade com problema, com vista a torna-lo mais explícito ou construir uma hipótese. Este tipo de pesquisa pode envolver levantamento bibliográfico, entrevista com pessoa experiente no problema pesquisado. A pesquisa explicativa, na visão de Gil, (2002) tem como preocupação central de identificar os fatores que determinam ou que contribuem para ocorrência dos fenômenos. É um tipo de pesquisa que mais se aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão porquê das coisas. Por isso, é o tipo mais complexo e dedicado.

Foram utilizadas a pesquisa descritiva para analisar e descrever as políticas públicas existentes no município de SFC, visto que tivemos um conhecimento prévio sobre o assunto estudado sendo assim, facilitou atingir os objetivos previamente definidas.

Quanto aos procedimentos técnicos de coleta de dados foi realizado um trabalho de campo entre mês Maio e junho de 2018. Os dados foram coletados nas duas secretarias de prefeitura de SFC. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SEDEC) e a casa dos programas sociais vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social e Esporte (SEDESE). As duas unidades são importantes na medida que a primeira cumpri papel de implementar projetos

que direcionem o crescimento econômico do município, permitindo geração de novas oportunidades de emprego fomentando pequeno e grande negócio. E a segunda tem a função de garantir a assistência social em todo município, assim, como garantir a oferta de acompanhamento para as pessoas e famílias em situação de risco e vulnerabilidade social. Foram realizadas a entrevista com secretária de SEDEC e com assistente social da casa de programas sociais com objetivo de compreender as políticas públicas que foram ou estão sendo executadas através das ações, projetos e programas sociais para suprimir as demandas da população necessitados gerando emprego e renda.

Com relação à análise dos dados, depois de realização das entrevistas com duas gestoras referidos acima, foi feito transcrições destas entrevistas, analisando os discursos com todo detalhe, em seguida foi destacado as partes e trechos das entrevistas que consideramos importante a fim de responder as questões iniciais das perguntas.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta seção apresenta os resultados provenientes da pesquisa do campo. Primeiramente será apresentado o resultado da entrevista realizado com a secretária de desenvolvimento econômico. Na sequência, apresenta-se o resultado da entrevista com assistente social da casa de programas sociais vinculado à SEDESE.

4.1 RESULTADO DA ENTREVISTA COM SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Os resultados provenientes da entrevista, demonstra que a secretaria de desenvolvimento econômico tem priorizado dois focos principais que tem impacto direto para as políticas públicas da geração de renda e trabalho:

- a) A formação e qualificação de mão-de-obra
- b) PAINVEST – Programa de Atração de investimentos,

O primeiro foco centraliza-se na formação e qualificação de mão-de-obra e segundo a entrevistada, a SEDEC vem investindo muito na questão de qualificação de mão-de-obra para

melhor inserção do mercado de trabalho, considerando estes setores: a indústria, o comércio e outros serviços.

O segundo foco foi criação do PAINVEST, através da lei municipal n. 129/2010. O PAINVEST é um programa de atração de investimento tem por finalidade de incentivar o estabelecimento de empresas indústrias, comerciais e de serviços no município, com objetivo de gerar emprego e renda para população da região e desenvolver a atividade produtiva do município. Este programa também atua no fortalecimento de pequeno e médio empreendedor, buscando financiamento e regularização de estabelecimento comercial. A lei permite que os pequenos empreendedores possam participar dos processos licitatórios da prefeitura num pequeno percentual.

Para facilitar as instalações das empresas no quadro do programa PAINVEST, cabe a prefeitura municipal de São Francisco do Conde doar terrenos, concessão de direito real de uso de terra por um tempo determinado, isenção de algumas taxas de impostos, etc. As empresas interessadas, em contrapartida, doam para o município bens de utilidade pública. Além disso, as empresas também são obrigadas a garantir paulatinamente até 80% de empregos direto para mão-de-obra local de carteiras assinadas.

Conforme relato da entrevistada, até no momento de realização deste trabalho, o programa PAINVEST atraiu as seguintes empresas: Ipiranga, Hammes Transportadora, Grupo Onogás S.A., Grupo Sol Diesel, Biflex e Copagás.

A falta de formação profissional constitui uma das maiores barreiras na contratação de mão-de-obra local para trabalhar nestas empresas citadas acima, esse fato, pode ser percebido na fala da entrevistada quando afirma o seguinte:

Na última parada que teve para seleção das empresas, muita gente nossa foi encaminhada para participar no processo seletivo das empresas, mas muitos não conseguiram a vaga por falta de domínio da escrita e leitura na hora de fazer a prova, e outros voltaram porque não dominavam algumas áreas. A gente perdeu muitas vagas para instrumentista, refratarista eu não tinha no município. Assim, a vaga acaba por ir para pessoas de outros municípios, como Madre de Deus, Candeias, Santo Amaro, Camaçari.

Analisando-se esse discurso dentro do contexto de município, fica claro que SEDEC precisa investir muito na formação e capacitação dos jovens que querem trilhar numa boa carreira profissional, caso contrário, os moradores da cidade vão continuar a perder vagas de empregos para moradores de outros municípios.

De acordo com a entrevistada, a SEDEC havia feito uma parceria com governo do estado, onde a SENAI oferecia alguns cursos técnicos para os jovens com duração de curto

prazo, devido à crise financeira, o SENAI parou de funcionar no município. Analisando atentamente os dois focos das políticas públicas desenvolvidas pela SEDEC para geração de emprego e renda, o programa PAINVEST apresenta algumas vantagens econômicas, bem como limitações. No que se refere às vantagens, o programa PAINVEST oferece algumas vagas de emprego para população local. As limitações compreendem a maioria das vagas de emprego que são ofertadas pelas empresas no quadro de programa PAINVEST, não considera a inclusão social, como, por exemplo, as pessoas portadoras de deficiência e jovens com primeiro emprego. Estas pessoas acabam não se inserindo no sistema ficando sem a oportunidade de ter emprego.

É necessário criar o critério no programa PAINVEST quando uma empresa vem assinar um protocolo de interesse de inserir no programa, as vagas de empregos acertadas deverão atender determinados critérios contemplando deficientes e jovens com primeiro emprego. Uma outra limitação que foi constatada no programa, se refere à falta de monitoramento das empresas instaladas no município que vem causando danos ambientais com futuras consequências para moradores locais.

4.2 RESULTADO DA ENTREVISTA COM ASSISTENTE SOCIAL DA CASA DO PROGRAMA SOCIAL

Para compreender outras políticas públicas existentes no município, foi aplicada uma entrevista com o assistente social, ao responder uma das questões que se refere aos programas sociais existentes no município, o mesmo destacou o seguinte:

Aqui no município temos vários programas sociais que atraiu muitas pessoas de outros municípios vem morar aqui para se inserir nestes programas hoje município cresceu muito. Foi construído o quadro abaixo dos programas sociais existentes no município segundo a resposta da entrevistada, a lei e o ano da criação, objetivo e números de beneficiários de cada programa.

Quadro 1 - Programas sociais desenvolvidos no município

Nome de programa	Lei	Objetivos	Beneficiários
Programa de acolhimento social de complementação de renda (PAS)	078/2009	→Melhorar a qualidade de alimentação das famílias beneficiários; →Complementar renda das famílias, de modo que estas possam atender as necessidades básicas; →Reduzir o número de crianças em situação de rua/ ou daqueles que participam das atividades remuneradas.	4.976 famílias
Bolsa Aluguel	312/2013	→Atender demandas das famílias desalojadas; →Atender as famílias em situação de risco habitacional.	270 famílias
Tá Rebocado	111/2009	→Melhorar as condições das casas dos munícipes reboco, parede, telhado, assentamento de pisos, sanitários, elétricas e hidráulicas; →Recuperar da salubridade habitacionais dos munícipes.	-----
Sonho Meu – Minha Casa de Verdade	2009	→Diminuir déficit habitacional existente no município; →Dar condições dignas para as pessoas que mais precisam.	-----
PROUNIFAS	296/ 2013	- Garantir cidadãos franciscanos o acesso, permanência e conclusão do ensino superior	-----
Educa-Chico	—	→Melhorar o desempenho escolar dos adolescentes em situação de risco, público alvo estudantes de ensino fundamental e médio.	-----

Fonte: construído por autor na base de informação da entrevista.

Todos estes programas sociais são assegurados pelo município sem contrapartida de governo federal e estadual. A entrevistada afirma que alguns destes programas oferecem

emprego direto para os munícipes. A prefeitura contrata as empresas de construção civil por meio de licitação e estas contratam a mão-de-obra local. Em relação à pergunta de valor mensal que os beneficiários de programas recebem, foi criado o quadro abaixo na base da resposta da entrevistada.

Quadro 2 - Valores mensais de programas sociais

Nomes de programas	Valor mensal	Anual	Geral
Bolsa Aluguel	400 RS	–	–
PROUNIFAS	595 RS		
Tá Rebocado	–	–	Em 2009 o valor era de 6.000 reais, mas atualmente o valor é de 12.000 reais
Sonho Meu – Minha Casa de Verdade	–	–	–
Educa- Chico	–	De 700 a 1200 reais	–
PAS	De 315 a 570 reais	–	–

Fonte: construído por autor na base de informação da entrevista

Estes programas são cumulativos. Não se sabe do valor que são disponibilizados no quadro de programa Sonho Meu – Minha Casa de Verdade, mas se sabe que, em termos da estrutura cada casa construída no quadro deste programa, tem dois quartos, uma sala, um banheiro, uma cozinha e pequeno área de serviço. A pergunta sobre a participação de comunidade no momento de construção e implementação das políticas públicas, a resposta foi seguinte:

Na verdade, quando estes programas foram pensados na gestão da ex prefeita Rilza Valentim a comunidade não foi convocada tipo na câmara dos vereadores ou em outro lugar para se opinar sobre criação dos programas, o que acontece diante das dificuldades que maioria dos munícipes encontravam por conta de desemprego, o vínculo empregatício de município estava vinculado toda a prefeitura, a prefeitura não tem como empregar mais de 30 mil pais de famílias existentes no município diante de carência da população da classe mais carente que mora perto da maré nos distritos as casas de palha o grande objetivo da prefeita na época foi justamente criar algumas políticas públicas e programas sociais para minimizar sofrimento destas pessoas que maioritariamente eram pais de famílias na verdade não tinha se preocupado muito em fazer uma convocação para ouvir o povo as programas foram criadas para eles e posso te afirmar que hoje muitas pessoas estão realizando seus sonhos através destas programas principalmente o programa PAS ela é um dos programas mais importante de inclusão social no município ela atende um número expressiva dos munícipes ela

não é vinculado ao emprego ela é uma complementação de renda para ajudar aquele pai de família que ele é um pedreiro ele é um marisqueiro ele é um sapateiro ela busca trazer uma alimentação para seus filhos só que sua renda mensal é inferior a um salário mínimo daí esse pai de família recebe um valor mensal que varia de 315 a 570 reais complementando a sua renda anterior.

Percebe-se que não houve a participação da comunidade local no momento de implementação destas políticas públicas e programas sociais, a comunidade não foi ouvida, não sabia o que estava sendo feito e porque estava sendo feito. Esse fato, pode gerar problemas no momento de avaliação destas políticas, talvez as futuras pesquisa poderão mostrar isso. Sabemos que participação social é fundamental para o êxito de uma boa política pública eficiente, mesmo não sendo possível mobilizar toda comunidade para envolver na discussão, mas é interessante identificar principais lideranças dos bairros e distritos locais para que estas participem na discussão para melhor conhecer problemas das suas comunidades.

A última questão foi a eficiência das políticas públicas a entrevistada respondeu, positiva que todas as políticas públicas que foram implementadas são eficientes por ter minimizado muitas demandas da população local. No nosso entender é difícil avaliar eficiência destas políticas apenas ouvindo uma parte os gestores, para saber se realmente estas políticas são eficientes ou não é preciso ouvir os beneficiários, mas não foi o caso, as futuras pesquisas poderão responder estas e outras questões.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho foi feito com intuito de analisar a efetividades das políticas públicas existentes para geração de emprego e renda no município de São Francisco do Conde-Ba, o objetivo inicial do trabalho foi alcançado, mas algumas questões não foram esclarecidas visto que, o tempo não foi suficiente para aprofundamento da discussão futuras pesquisas poderão trazer mais elementos. Durante o trabalho foi possível verificar que realmente existe várias modalidades de políticas públicas no município alguns destas políticas oferecem o emprego direto para os munícipes e outros são destinadas para complementação da renda, entre os programas podemos citar Programa de Acolhimento Social (PAS), Bolsa Aluguel, Tá Rebocado, Sonho Meu Minha Casa de Verdade, Prounifas, Educa-Chico, estes programas estão vinculados a SEDESE. Enquanto que a PAINVEST e Formação profissional dos jovens são segurados pela SEDEC. Atualmente o programa PAS é uma das mais importante em termos da inclusão social na cidade, aproximadamente mais de 25 mil famílias benéfica direto deste

programa, além disso, o PAS atraiu muitas pessoas vem morando na cidade para se beneficiar dela.

Um dos objetivos do trabalho que envolve a eficiência das políticas públicas foi respondida positiva segundo o entendimento das entrevistadas, mas falta fazer um estudo profundo e ouvir também os beneficiários das políticas públicas a fim de tirar as conclusões. Realmente está pesquisa poderá gerar outras pesquisas tendo em conta alguns pontos que não foram esclarecidas, o fator tempo foi prejudicial na medida que impossibilitou fazer uma análise dos documentos e leis orgânicas que regem tais políticas para melhor comparar a possíveis falhas no resultado da entrevista.

Um dos maiores problemas encontrados no campo foi carência de dados nas instituições pesquisadas tanto na SEDESE e como na SEDEC não há banco de dados que poderá gerar informações valiosas para pesquisa tais como: Os números das pessoas que são empregados anualmente no quadro de programa PAINVEST, número das pessoas que são contratados nas empresas de construção civis para trabalhar no quadro de programas Tá Rebocado e Sonho meu-Minha casa de verdade, visto que estas duas programas oferecem emprego direto para os municípios.

Seria interessante e fundamental estas instituições pesquisadas criasse um banco de dados disponível para facilitar o gestor e sua equipe desenvolvessem as estratégias para minimizar os problemas existentes, além disso, o banco de dados são fonte de informações ricas que transformam em conhecimento que pode ser utilizada como base de trabalho científico.

Foi possível constatar também que a falta de qualificação profissional, constitui maior barreira para o ingresso no mercado do trabalho, a nível local, muito jovens não tem qualificação profissional preparadas para enfrentar os desafios exigidos das empresas e outras áreas empregatícios, é urgente desenvolver algumas políticas públicas voltada para formação e capacitação profissional da juventude local no sentido de lhes facilitar sua inserção no mercado do trabalho.

A reflexão crítica vai justamente sobre a falta de participação social na implementação das políticas públicas. Trata-se de processo que foi construído numa forma fechada para a comunidade sem que eles tenham oportunidade de opinar, esse tipo de situação pode gerar certas dificuldades no momento de avaliação da eficiência da política que foi implementada. Participação plena da comunidade é importante na medida que acompanha a avaliação dos programas que lhe são destinadas possibilitando oportunidade de fiscalização dos recursos.

REFERÊNCIAS

CRUZ, César Albenes de Mendonça. **A construção de uma política de trabalho e renda no município de Vitória/ ES- uma análise a partir da agenda Vitória (2008-2028)** v n° 1 2011. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/SNPGCS/article/view/1636/1232> Acesso em: 13/05/2018

DA SILVA, Carlos Augusto Santos, MENEZES, Joelza, SILVA, Jussara, DE SANTANA, Marcia Silva. **Desenvolvimento Social a Partir do Programa Bolsa Família: Estudo da Região do Recôncavo Baiano na localidade de São Bento das Lages em São Francisco do Conde.** (Trabalho de especialização em Gestão Pública). UNILAB. São Francisco do Conde, 2014

DEMETER, Paulo Roberto. **Políticas Públicas: é preciso conhecer.** AATR. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/02_aatr_pp_conhecer.pdf Acesso em: 12/05/2018

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa.** 4 ed.- São Paulo: Atlas, 2002

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação-** Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

IBGE. **São Francisco do Conde.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/sao-francisco-do-conde/panorama> Acesso em: 01/05/2018

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia científica.** 5 ed.- São Paulo: Atlas, 2003

LOPES, Brenner, AMARAL, Jefferson Ney. **Políticas Públicas: Conceitos e práticas.** Belo Horizonte. Sebrae/MG, 2008

RAMOS, Carlos Alberto. AZEVEDO, Beatriz. **Política Pública de emprego: Experiência e desafios.** In Revista planejamento e políticas públicas. N° 12. Jun /dez. 1995. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/142/144>. Acesso em: 10/05/2018

RAMOS, Carlos Alberto. **Política de geração de emprego e renda, teorias contexto histórico e experiência brasileira:** Brasília; IPEA, 2003.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel da política pública no desenvolvimento local e na transformação da realidade.** 2002. AATR-BA. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf Acesso em: 12/05/2018

APÊNDICES

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

QUESTIONÁRIO

A - PERFIL DA ENTREVISTADA -A

1 Cargo:

(X) Servidor () Bolsista () Estagiário () Terceirizado

Divisão/Unidade em que trabalha: Secretária de Desenvolvimento Econômico

2 Faixa Etária:

() Até 19 anos () 25 – 29 anos () 35 – 39 anos (X) 45 – 49 anos
() 20 – 24 anos () 30 – 34 anos () 40 – 44 anos () Acima de 50 anos

3 Sexo:

(X) Feminino () Masculino

4 Há quanto tempo trabalha na instituição?

(X) Há menos de 1 ano () Entre 5 e 9 anos () Entre 15 e 19 anos
() Entre 1 e 4 anos () Entre 10 e 14 anos () Há mais de 20 anos

5 Nível de escolaridade:

() Fundamental () Médio () Técnico
() Graduação () Graduação em andamento Curso: _____
(X) Especialização () Especialização em andamento
() Mestrado () Mestrado em andamento Área: _____
() Doutorado () Doutorado em andamento Área: _____

A - PERFIL DA ENTREVISTADA -B**1 Cargo:**

(X) Servidor () Bolsista () Estagiário () Terceirizado

Divisão/Unidade em que trabalha: Casa de Programas Sociais PAIS

2 Faixa Etária:

() Até 19 anos () 25 – 29 anos (X) 35 – 39 anos () 45 – 49 anos
() 20 – 24 anos () 30 – 34 anos () 40 – 44 anos () Acima de 50 anos

3 Sexo:

(X) Feminino () Masculino

4 Há quanto tempo trabalha na instituição?

() Há menos de 1 ano () Entre 5 e 9 anos () Entre 15 e 19 anos
(X) Entre 1 e 4 anos () Entre 10 e 14 anos () Há mais de 20 anos

5 Nível de escolaridade:

() Fundamental () Médio () Técnico
() Graduação () Graduação em andamento Curso: _____
(X) Especialização () Especialização em andamento
() Mestrado () Mestrado em andamento Área: _____
() Doutorado () Doutorado em andamento Área: _____

ANEXO

ANEXO A – TRECHO DA CARTA DO LÍDER DO POVO SEATTLE

Trecho da Carta do líder do povo Seattle.

Trechos de uma carta enviada pelo líder do povo Seattle ao presidente dos Estados Unidos em 1855, quando este enviou aos índios uma proposta de compra das terras onde viviam, no Noroeste do país.

Carta do líder indígena Seattle

(...)

*C*ada pedaço desta terra é sagrado para meu povo. Cada ramo reluzente de um pinheiro, cada punhado de areia da praia, a penumbra na floresta densa, cada clareira e cada inseto a zumbir são sagrados na tradição, na memória e na consciência de meu povo. A seiva que percorre o corpo das árvores carrega consigo as lembranças do homem vermelho.

Os mortos do homem branco esquecem sua terra de origem quando vão caminhar entre as estrelas. Nossos mortos jamais esquecem esta bela terra, pois ela é a mãe do homem vermelho. Somos parte da terra e ela faz parte de nós. As flores perfumadas são nossas irmãs; o cervo, o cavalo, a grande águia são nossos irmãos. Os picos rochosos, os sulcos úmidos nas campinas, o calor do corpo do potro e o homem — todos pertencem à mesma família.

(...)

Essa água brilhante que escorre nos riachos e rios não é apenas água, mas o sangue de nossos antepassados. Se lhes vendermos a terra, devem lembrar-se de que ela é sagrada e devem ensinar às suas crianças que ela é sagrada e que cada reflexo nas águas límpidas dos lagos fala de acontecimentos e lembranças da vida de nosso povo. O murmúrio das águas é a voz dos nossos ancestrais.

Os rios são nossos irmãos, saciam nossa sede. Os rios carregam nossas canoas e alimentam nossas crianças. Se lhes vendermos nossa terra, devem lembrar e ensinar a seus filhos que os rios são nossos irmãos, e seus também. E, portanto, devem dar aos rios a bondade que dedicariam a qualquer irmão.

(...)

Vocês devem ensinar às suas crianças que o solo a seus pés é a cinza de nossos avós. Para que respeitem a terra, digam a seus filhos que ela foi enriquecida com as vidas de nosso povo. Ensinem às suas crianças o que ensinamos às nossas: que a terra é nossa mãe. Tudo o que acontecer à terra, acontecerá aos filhos da terra. Se os homens cospem no solo, estão cuspiendo em si mesmos.

Isto sabemos: a terra não pertence ao homem; o homem pertence à terra. Isto sabemos: todas as coisas estão ligadas como o sangue que une uma família. Há uma ligação em tudo.

O que ocorrer com a terra recairá sobre os filhos da terra. O homem não tramou o tecido da vida; ele é simplesmente um de seus fios. Tudo o que fizer ao tecido, fará a si mesmo.

(...)

Fonte: (PRESERVAÇÃO..., 2000).